



Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Universidade de Brasília

VIVIANE RAMALHO

Universidade de Brasília

Universidade Católica de Brasília

RESUMEN. El objetivo del presente estudio es exponer una reflexión respecto de las posibles contribuciones del Análisis Crítico del Discurso (ACD), para llevar a cabo una comprensión de géneros discursivos más cercana a las cuestiones de poder e ideología. Lo que se busca en el transfondo es enfatizar la relación entre géneros discursivos y poder, ya discutida en Marcuschi (2005, 2006), mediante la identificación de caminos hacia una concepción crítica que pueda rebasar no sólo el foco en características textuales más estables, sino también la comprensión de géneros en cuanto a tipos de acciones retóricas. Con base en el ACD, es posible conciliar la mirada hacia los géneros discursivos en cuanto a acciones sociales, con la mirada de una percepción crítica que ve en dichas acciones, modos recurrentes de “actuar y de relacionarse *con* los otros” y, sobretudo, de “actuar *sobre* los otros”, lo que presupone relaciones de poder como sugiere Fairclough (2003). El propósito central del artículo es, por lo tanto, mantener el pensamiento de Marcuschi, sobre todo en el sentido de desarrollar su propuesta de trabajar con teorías de género que puedan contribuir de manera efectiva, hacia la comprensión del funcionamiento dinámico de la lengua.

PALABRAS CLAVE: *Géneros discursivos; poder; ideología; órdenes del discurso; significados del discurso.*

RESUMO. O objetivo deste estudo é apresentar uma reflexão sobre possíveis contribuições da Análise de Discurso Crítica para uma compreensão de gêneros discursivos, que contemple questões de poder e ideologia. Para tanto, busca-se enfatizar a relação entre gêneros discursivos e poder, já levantada em Marcuschi (2005, 2006), mediante a identificação de caminhos rumo a uma concepção crítica que perpassa não só o foco em características textuais mais estáveis, mas também o entendimento de gêneros como ações retóricas tipificadas. Com base na ADC, é possível conciliar a visão de gêneros, enquanto ações sociais, com uma percepção crítica que vê, nessas ações, modos recorrentes não só de “agir e se relacionar *com* os outros”, mas, sobretudo, de “agir *sobre* os outros”, o que pressupõe relações de poder, conforme Fairclough (2003). O escopo central do artigo é, pois, dar continuidade às idéias semeadas por Marcuschi, sobretudo no sentido de desenvolver a proposta por ele defendida de se trabalhar com teorías de género que possam contribuir, de maneira efetiva, para a compreensão do funcionamento dinâmico da língua.

PALAVRAS-CHAVE: *Gêneros discursivos; poder; ideologia; ordens de discurso; significados do discurso.*

Recibido: 15 de abril de 2008 • Aceptado: 8 de julio de 2008.

ABSTRACT. The aim of this study is to reflect upon possible Critical Discourse Analysis contributions in understanding discursive genres that deal with issues of power and ideology. The study seeks to focus upon the relation between discursive genres and power, discussed in Marcuschi (2005, 2006), through identifying directions towards a critical conception that not only goes beyond the focus on more stable textual characteristics but also the understanding of genres as typified rhetorical actions. Based upon CDA, it is possible to reconcile the vision of genres as social actions with a critical perception that sees in these actions recurrent modes of not only “actions and relating with others” but also “acting on others”, and this presupposes power relations, according to Fairclough (2003). This therefore will strengthen the concern always present in Marcuschi’s studies to work with genre theories that contribute to understanding the dynamic functioning of language.

KEY WORDS: *Discursive genres; power; ideology; discourse orders; discourse meanings.*

Introdução

Neste trabalho, apresentamos reflexões iniciais sobre possíveis contribuições da Análise de Discurso Crítica (ADC) para a compreensão de gêneros discursivos como inerentemente relacionados a questões de poder. A problemática dos gêneros tem sido amplamente debatida por pesquisadores/as brasileiros/as, sob diferentes perspectivas e filiações. Nossa participação neste debate pretende configurar uma forma de enfatizar a relação entre gêneros discursivos e poder, já levantada pelo renomado pesquisador de gêneros, e professor de todos nós, Luiz Antônio Marcuschi, mas, posteriormente, adiada ou tratada com certa brevidade.

Buscamos, aqui, apontar caminhos para uma concepção crítica que ultrapasse, ou complemente, o entendimento de gêneros tanto como formas textuais mais fixas quanto como ações retóricas tipificadas. Para tanto, sugerimos que alguns pontos dos pressupostos teóricos da ADC podem conciliar a visão de *gêneros como ações sociais* com uma percepção crítica que sinalize para a relação entre tais ações e o exercício do poder. A fim de cumprir tal proposta, organizamos o trabalho em quatro seções. Na primeira, comentamos brevemente alguns dos conceitos seminais de Bakhtin ([1953] 1997) para o estudo dos gêneros do discurso. Na segunda seção, retomamos aspectos das abordagens contemporâneas de estudos de gêneros, com ênfase na tradicional Escola de Sidney e na Nova Retórica. Na terceira parte, discutimos princípios da proposta da ADC para estudos do aspecto acional do significado, ligado a gêneros. Na quarta e última seção, apresentamos sucintamente a proposta teórico-metodológica da ADC para macro e microanálise de gêneros particulares em textos.

1. Ponto de partida: dialogismo e gêneros do discurso

A fim de resgatar alguns dos conceitos seminais de Bakhtin (1997), mas sem repetir sua exposição, optamos por partir do conceito de “dialogismo”,

central para a discussão de gêneros discursivos. Em sua visão política da interação social, Bakhtin (1997: 317) enfatizou a propriedade dialógica da linguagem, apontando que “mesmo os discursos aparentemente não-dialógicos, como textos escritos, são internamente dialógicos e polifônicos”. Inevitavelmente, “compõem cadeias dialógicas e respondem, antecipam, polemizam outras vozes”, por isso são sempre “uma resposta ao que já foi dito”. Para o pensador, a organização de tal diversidade infinita de cadeias dialógicas é assegurada pelos *gêneros do discurso*, “os tipos relativamente estáveis de enunciados, ligados a esferas particulares da atividade humana” (Bakhtin, 1997: 279).

Desde cedo, dispomos culturalmente de diversos gêneros, dentre os quais selecionamos os mais adequados para cada situação de interação, o que inclui o papel da linguagem na atividade social específica; o tipo de atividade desenvolvida e seus temas correlacionados, e, por fim, as relações sociais envolvidas na atividade. Tal “seleção”, no entanto, não significa passividade e mera repetição de formas, temas, estilos, por atores sociais. Ao recorrer a gêneros, podemos contribuir tanto para preservar-lhes as características, quanto para alterá-las. Como recursos para ação humana, mas também como resultantes dela, gêneros são infinitamente “ampliados, transmutados, diferenciados, fundidos”, daí sua *heterogeneidade* característica (Bakhtin, 1997: 301, 291). Esta característica, como antecipou o autor, é vista como uma barreira para o estudo dos gêneros. Ainda hoje buscamos superar posturas que tendem a converter os gêneros do discurso em “dóceis objetos de pesquisa”, desprovidos de “correlação com processos históricos de constituição, ideologias e visões de mundo”.

As diversas abordagens contemporâneas de gêneros discursivos/textuais têm nos estudos bakhtinianos seu ponto de partida, mas deles se valem de diferentes modos. Há, por exemplo, abordagens que se atêm a investigar a estabilidade composicional dos gêneros; outras que reservam especial atenção para seu uso individual. Há aquelas que buscam conjugar os dois aspectos e, ainda, as que não perdem de vista a relação entre gêneros, atividades sociais e ideologia, e assim por diante.

2. Abordagens contemporâneas de gêneros

Atualmente, a literatura especializada tem reconhecido três principais escolas de estudos sobre gêneros: a escola australiana, a de Genebra e a norteamericana. A primeira, a escola australiana, conhecida como Escola de Sidney (*Sydney School*), baseia-se na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem. Entre seus expoentes estão Halliday & Hasan (1989), Martin (1992, 1997), Eggins & Martin (1997), Eggins (2004). A segunda, a escola de Genebra, informa-se no interacionismo sociodiscursivo e tem como idealizadores Bronckart (1999), Schnewly & Dolz (2004), dentre outros. A terceira, a

escola norte-americana, conhecida como Nova Retórica (*New Rhetoric*), fundamenta-se numa perspectiva socio-retórica, cultural e sociológica. Seus expoentes são reconhecidos em Miller (1984, 1994) e Bazerman (2005, 2006, 2007). Outra abordagem retórica, mas dedicada ao ensino do Inglês, é da Escola de Lingüística Aplicada/ESP (*English for Specific Purposes*), cujos principais representantes são Swales (1990) e Bhatia (1993, 2004). Limitaremos nossos breves comentários, aqui, a duas abordagens: da Escola de Sidney, baseada na Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) e freqüentemente utilizada em estudos em ADC, e da Nova Retórica, fundamentada numa perspectiva mais sociológica.

A partir de princípios da LSF, que concebe a linguagem como *sistema semiótico*, uma rede de opções que constituem recursos aos quais o falante recorre para construir significados em suas interações diárias, Martin (1992, 1997), Eggins & Martin (1997) e Eggins (2004), por exemplo, associam gêneros ao *contexto de cultura*. Para os autores, o contexto social, em que se insere o sistema semiótico, compreende dois níveis: o *contexto de cultura*, mais geral e abstrato, formado por sistemas de gêneros, e o *contexto de situação*, com seus elementos campo (atividade social), relações sociais e modo (papel da linguagem na atividade). Nessa perspectiva, as escolhas realizadas no contexto de cultura têm impacto nas escolhas em nível situacional, e as duas materializam-se na linguagem, organizada pelas macrofunções ideacional (pela qual construímos e representamos a experiência de mundo); *interpessoal* (pela qual estabelecemos relações sociais), e *textual* (pela qual estruturamos significados em textos) (Halliday & Matthiessen, 2004; Silva, 2007).

Isso significa que os textos materializam lingüisticamente escolhas operadas nos contextos de cultura (gênero) e de situação (registro). Ao interagir pela linguagem, as pessoas, primeiro, elegem um gênero do contexto de cultura, que possibilita e constrange seleções realizadas no contexto de situação. Por exemplo, ao elegermos a estrutura esquemática narrativa, apresentada em Eggins (2004: 70) e simplificada aqui, cujos estágios são “resumo > orientação > complicação > resolução > avaliação > coda”, realizamos uma escolha de gênero. Ao passo que as escolhas seguintes, de campo (narração de uma notícia ou de um conto infantil), de relações (jornalista/repórter e leitor/telespectador, ou adulto e criança), e de modo (interação mediada ou face a face, oral ou escrita), por exemplo, são escolhas de registro. Essa compreensão de gêneros fundamenta o estudo de sua Estrutura Esquemática, “um sistema estruturado em partes, com meios específicos para fins específicos” (Martin, 1992: 503), ou a “maneira estruturada pela qual pessoas buscam atingir objetivos usando a linguagem” (Eggins, 2004: 10). Ainda que exposta muito sucintamente, é possível notar o foco da teoria na estrutura textual, organizada em etapas que correspondem aos propósitos sociais a que gêneros atendem.

Estudos em Nova Retórica, por outro lado, priorizam um entendimento de gêneros não como conjuntos de traços textuais estáveis, ordenados e previ-

síveis, mas, sim, como ações sociais recorrentes, dinâmicas, mutáveis e culturalmente constituídas. Para esta Escola, mais importante do que descrever elementos textuais é investigar maneiras como os gêneros respondem a diferentes exigências retóricas e socioculturais. Este tipo de investigação, a exemplo de trabalhos de Bazerman (1999, 2000) sobre a evolução histórica do gênero carta; de Miller (2007), sobre a dinâmica social envolvida na produção do gênero *blog*; de Berkenkotter (2007), sobre mudanças em artigos científicos, impulsionadas pela tecnologia da *Internet*, focaliza aspectos sociológicos envolvidos na mobilidade dos gêneros, e não apenas aspectos lingüísticos de sua estabilidade. Assim, seu ponto de partida não está “no conteúdo ou na forma do discurso, mas na ação que é usada para executá-lo” (Miller, 1984: 152).

A partir da tradição retórica de estudo de gêneros e da “fenomenologia da vida cotidiana”, de Schutz (1967), dentre outros, a Nova Retórica concebe gêneros como “ações retóricas tipificadas, baseadas em situações recorrentes” (Miller, 1984: 159). Por isso, como adverte Miller (1984: 163), essa abordagem “não se presta a taxonomias, porque gêneros mudam, evoluem, e decaem; o número de gêneros de qualquer sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade da sociedade”.

Se a LSF tende a priorizar estruturas textuais mais estáveis, a Nova Retórica avança na percepção de gêneros como ação social, mas carece de discussão mais detida sobre possíveis implicações políticas e ideológicas de tal ação pela linguagem. Aqui, a ADC, uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem, pode oferecer contribuições.

3. Gênero e poder na Análise de Discurso Crítica

Conforme mencionamos, a ADC consiste numa abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social. Insere-se na tradição da “ciência social crítica”, comprometida em oferecer suporte científico para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e justiça (Silva, 2002, 2003). Dialoga com outras disciplinas, operacionaliza seus conceitos e, da mesma forma, pretende ser útil para estudos críticos em geral que envolvam linguagem. Tal abrangência explica-se pela compreensão de que a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética, ou seja, de que “questões sociais são, em parte, questões de discurso”, e vice-versa (Chouliaraki & Fairclough, 1999: vii). Para esta perspectiva crítica, portanto, a linguagem é parte irredutível da vida social. Constitui-se socialmente na mesma medida em que tem “conseqüências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais” (Fairclough, 2003: 14).

Sentidos de textos, como Fairclough (2001: 108) exemplifica, têm conseqüências de natureza extradiscursiva, “alguns conduzem a guerras; outros levam pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as

atitudes, crenças ou práticas das pessoas”, e assim por diante. Como ciência crítica, a ADC está preocupada com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder, na perspectiva crítica de Thompson (2002a).

Em virtude da abrangência de sua proposta, na ADC não há, como observou Meurer (2005: 103), “preocupação sistemática com a pesquisa sobre gêneros”. Para a ADC, gêneros constituem um momento de (redes de) ordens de discurso –ao lado de discursos e estilos– ligado a modos de (inter-) agir em práticas sociais, e ao significado acional. Assim como na Nova Retórica, gêneros são concebidos como ação social, “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (Fairclough, 2003: 65). Mas, diferentemente daquela abordagem, a ADC considera, com efeito, que tal ação pela linguagem pressupõe “relações *com* os outros”, mas também *poder*, isto é, “ação *sobre* os outros” (Fairclough, 2003: 28), como discutimos a seguir.

3.1. GÊNEROS COMO MANEIRAS DE AGIR E SE RELACIONAR EM PRÁTICAS SOCIAIS

Antes de iniciar essa discussão, é preciso esclarecer, com Fairclough (2003: 26), duas acepções da palavra “discurso”, que serão aqui utilizadas. Primeiro, como substantivo mais abstrato, utilizaremos “discurso” para significar linguagem e outros tipos de semiose como momento irredutível da vida social, interligado aos outros momentos, quais sejam, ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.) e mundo material. Em segundo lugar, utilizaremos a palavra como substantivo mais concreto, significando “modos particulares de representar parte do mundo”, como o discurso particular do jornalismo, da ciência, e assim por diante.

Com base em três principais modos como o discurso (na primeira acepção) figura simultânea e dialeticamente em práticas sociais –como modos de (inter-)agir, de representar e de identificar(-se), Fairclough (2003) compreende os gêneros como *maneiras relativamente estáveis de agir e relacionar-se em práticas sociais, que implicam relações com os outros e ação sobre os outros*. Entende que os três modos correlacionam-se a três principais significados do discurso (acional, representacional e identificacional), ligados aos três elementos de ordens de discurso (gêneros, discursos, estilos), de forma dialética. Nessa perspectiva, *maneiras de agir e relacionar-se* em práticas sociais, ou (inter-)agir, correlacionam-se ao *significado acional* e a *gêneros*. Maneiras de *representar aspectos do mundo*, por sua vez, correlacionam-se ao *significado representacional* e a *discursos particulares* (na segunda acepção). Por fim, *maneiras de identificar(-se)* estão correlacionadas ao *significado identificacional* e a *estilos*. Embora gêneros, discursos e estilos, assim como os significados do discurso,

tenham suas especificidades, a relação entre eles é dialética. Isto é, cada qual internaliza traços de outros, de maneira que nunca se excluem ou se reduzem a um (Resende & Ramalho, 2005, 2006).

As reflexões mais recentes do autor sobre o papel do discurso em práticas sociais assentam-se no princípio dialético, já apresentado em Fairclough (2001: 91), segundo o qual o discurso é tanto constituído pelo social quanto “constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”. Esses “três efeitos constitutivos do discurso” correspondem a três funções da linguagem –identitária, relacional e ideacional–, dialeticamente relacionadas à função textual. A função identitária, referente aos “modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”, bem como a função relacional, ligada às maneiras “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas”, originam-se na macrofunção interpessoal, da LSF (Halliday, 1985). Tanto a função ideacional, relativa aos “modos pelos quais textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”, como a função textual, referente à “organização da mensagem”, preservam os princípios da LSF.

Em Fairclough (2003: 23), o autor propõe-se a rever essa multifuncionalidade da linguagem e relacioná-la, de maneira mais direta, com os principais modos como o discurso figura em práticas sociais. Nessa revisão, o *significado representacional* corresponde à função ideacional, de Halliday (1985). O *significado identificacional*, por sua vez, ancora-se na função identitária. O *significado acional*, mais importante para esta discussão porque se liga à concepção de gênero, apóia-se na *função relacional*, mas também incorpora a *função textual*, da LSF.

Para o autor, o ponto de partida nos três principais significados do discurso leva a efeito a proposta de alcançar a relação dialética entre momentos semióticos e não-semióticos do social. Além disso, avança na percepção não só do *sistema semiótico*, mas também do *sistema social de redes de ordens de discurso*. Isso se explica pelo fato de gêneros, discursos e estilos, como maneiras relativamente estáveis de (inter-)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, não serem categorias puramente lingüísticas. Uma vez que práticas articulam discurso com outros momentos não-discursivos (relações sociais, pessoas, interação, mundo material), elementos de ordens de discurso são categorias tanto discursivas quanto sociais, que “atravessam a divisão entre o lingüístico e o não-lingüístico, entre o discursivo e o não-discursivo” (Fairclough, 2003: 25).

Destacamos que igualmente relevante é o avanço da relação entre o significado acional e as funções textual e relacional da linguagem, que ajuda a compreender gêneros não apenas segundo “a organização, a estrutura da mensagem”, ligada à primeira função, mas, sobretudo, segundo *as maneiras pelas quais essa mensagem contribui para a representação e negociação de relações sociais entre os participantes do discurso*. Logo, gêneros pressupõem relações com

os outros, assim como ação sobre os outros, o que, em circunstâncias específicas, pode estar relacionado a distribuição assimétrica de poder.

3.2. SIGNIFICADO ACIONAL E O “EIXO DO PODER”

Como Fairclough (2003: 29) esclarece, os três aspectos do significado (ação, representação e identificação) associam-se, ainda, aos três grandes eixos da obra de Foucault (1994): o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética. O significado acional vincula-se ao eixo do poder, ou seja, a “relações de ação sobre os outros”. Nessa perspectiva é que se entende que *gêneros, como maneiras de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais, implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros, e poder*. O significado representacional, por sua vez, relaciona-se ao eixo do saber, ou seja, ao “controle sobre as coisas”. Discursos, maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas, e conhecimento. O significado identificacional, por fim, liga-se ao eixo da ética, isto é, a “relações consigo mesmo”, ao “sujeito moral”. Estilos, maneiras de identificar a si, aos outros e a partes do mundo, pressupõem identidades sociais ou pessoais particulares, e ética.

Os três eixos de Foucault, no entanto, não são isolados, mas dialeticamente articulados, ou seja, o controle sobre as coisas (eixo do saber) é mediado pelas relações com/sobre os outros (eixo do poder), assim como as relações com/sobre os outros pressupõem relações consigo mesmo (eixo da ética), e assim por diante. Por isso, adverte o autor, a relação entre os significados do discurso também deve ser compreendida como dialética, isto é, “discursos particulares (representação/saber) são mediados por gêneros (ação/poder), assim como gêneros pressupõem estilos (identificação/ética)” ou, ainda, “representações particulares (discursos) podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação (gêneros), e inculcadas em maneiras particulares de identificação (estilos)”, e outros.

Nessa perspectiva, Chouliaraki & Fairclough (1999: 144) reconhecem nos *gêneros discursivos* “um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos”. E que, por isso, deve ser conceituado como “a faceta regulatória do discurso, e não simplesmente como a estruturação apresentada por tipos fixos de discurso”. Essa questão também foi abordada em Marcuschi (mimeo: 7), para quem

os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício do poder. Pode-se, pois, dizer que os gêneros são a nossa forma de inserção, ação e controle social.

Observa-se que os três autores reconhecem maior importância não na “estruturação apresentada por tipos fixos de discurso”, mas na *ação social* implicada no uso dos gêneros. Essa ação é possibilitada por gêneros, mas tam-

bém “controlada”, “regulada” por eles, uma vez que ajudam a “moldar” maneiras específicas de (inter-)agir em cada situação.

Sobre o assunto, Fairclough (2003: 31) alerta para o fato de que, na modernidade tardia, (cadeias de) gêneros contribuem para ações/relações temporal e espacialmente desencaixadas, “facilitando a acentuada capacidade de ‘ação a distância’, e, portanto, facilitando o exercício do poder.” Ao reconhecer “a importância dos gêneros na sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea”, incluindo as relações capitalistas, o autor reforça a relação entre poder e gêneros.

De tal relação, depreende-se que certos gêneros possibilitam e controlam não só discursos, mas práticas sociais como um todo. Fairclough (2003: 32) contrasta gêneros práticos, que figuram mais na ação pela qual as coisas são feitas, e “gêneros de governância”, que figuram na regulação e controle das maneiras como as coisas são feitas. Estes últimos são associados a redes de práticas especializadas na regulação e no controle de outras práticas sociais. As notícias, como exemplifica o autor, associadas aos meios de comunicação que integram o “aparato de governância”, podem regular e controlar os eventos noticiados e as maneiras como as pessoas reagem a esses eventos. Nesse sentido, gêneros, maneiras particulares de ação e relação, podem legitimar discursos ideológicos, maneiras particulares de representar práticas “a partir de perspectivas posicionadas que suprimem contradições, antagonismos, dilemas, em favor de seus interesses e projetos de dominação” (Chouliaraki & Fairclough, 1999: 26).

Essa postura, que relaciona linguagem-sociedade de modo dialético, não prioriza o discursivo em detrimento do social (não-discursivo), mas reserva-lhes a mesma importância. A compreensão de gêneros como “a faceta regulatória do discurso” pressupõe que o potencial da linguagem para significar é assegurado não só por recursos “internos”, do sistema semiótico, mas também pelos recursos “externos”, do sistema social de (redes de) ordens de discurso, formado por diferentes gêneros, discursos, estilos, associados a distintos campos e atividades sociais.

3.3. GÊNEROS COMO ELEMENTOS DE ORDENS DE DISCURSO

Considerar a importância do social, e não só do semiótico, na manutenção do potencial indefinido da linguagem para significar implica reconhecer as (redes de) ordens de discurso como *sistema*, isto é, como rede de opções de gêneros, discursos e estilos. Como explicam Chouliaraki & Fairclough (1999: 151-152),

a linguagem, como um sistema aberto, tem capacidade ilimitada para a construção de significado através de conexões gerativas sintagmáticas e paradigmáticas, mas é o dinamismo da ordem do discurso, capaz de gerar novas articulações de discursos e gêneros, que mantém a linguagem como um sistema aberto (...). Por outro

lado, é a fixidez da ordem do discurso que limita o poder gerativo da linguagem, impedindo certas conexões.

Para os autores, o foco em mudanças no sistema, possibilitadas e constringidas por conexões gerativas sintagmáticas e paradigmáticas, ajuda a explicar o poder gerativo da linguagem, mas não é suficiente. Para uma abordagem discursiva, é fundamental considerar não só o sistema semiótico, e sua rede de opções lexicogramaticais, mas também o *sistema social de ordens de discurso*, “combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais” (Fairclough, 2003: 220). Novas articulações de discursos, gêneros e estilos de diferentes ordens de discurso, nessa perspectiva, também contribuem para a construção de significados. Gêneros, portanto, são recursos disponíveis na faceta *social* da linguagem. E a mudança genérica, por sua vez, pressupõe mudança “na maneira como diferentes gêneros são combinados”, dado que “novos gêneros se desenvolvem por meio da combinação de gêneros existentes” (Fairclough, 2003: 66).

A concepção de gêneros como elementos de (redes de) ordens de discurso, associados ao significado acional/relacional da linguagem, implica ação humana, mutabilidade, plasticidade, hibridismo. Permite levar a efeito o preceito bakhtiniano de que “não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1997: 281). Com base nessa concepção, a ADC entende, por exemplo, que um texto ou interação particular não ocorre em “um” gênero particular, mas frequentemente envolve uma combinação de diferentes gêneros (Fairclough, 2003: 66). Além da idéia de hierarquização dos gêneros, característica dessa combinação híbrida, a ADC sustenta, também, que eles apresentam distintos níveis de abstração. Num gradiente decrescente de abstração, há “pré-gêneros”, “gêneros desencaixados” e “gêneros situados”.

3.4. DOS PRÉ-GÊNEROS AOS GÊNEROS SITUADOS

Como maneiras de (inter-)agir em práticas sociais, “gêneros não são estáticos nem puros”, como adverte Marcuschi (2006: 25). São, ao contrário, maleáveis, plásticos, híbridos. Nesse sentido é que Fairclough (2003) destaca a importância de se considerarem diferentes níveis de abstração em gêneros, assim como diferentes organizações hierárquicas de gêneros em textos.

Sobre o primeiro aspecto, considera que, num gradiente decrescente, no nível mais elevado de abstração, temos os *pré-gêneros*, termo de Swales (1990), que correspondem aos *gêneros primários/simples* de Bakhtin (1997). São mais abstratos, constituídos espontaneamente na vida cotidiana, em circunstâncias de comunicação menos complexas, a exemplo da narração, argumentação, descrição, e utilizados na composição de gêneros secundários, mais

complexos. Marcuschi (2005: 22-23) designa os pré-gêneros como “tipos textuais”, que diferem dos “gêneros textuais”.

Os primeiros, os “tipos textuais”, como esclarece o pesquisador brasileiro, designam “uma espécie de seqüência teoricamente definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”. Não são textos empíricos, mas cerca de seis seqüências lingüísticas que compõem gêneros, como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção, diálogo. A mistura ou o hibridismo de tipos em gêneros é definida por Marcuschi (2005: 31) como “heterogeneidade tipológica”.

Os segundos, os “gêneros textuais”, por sua vez, designam “realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas”, como “conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.” São textos empíricos “que cumprem funções em situações comunicativas”. Ao contrário dos tipos textuais, que se limitam a alguns poucos, os gêneros textuais são inúmeros, e nem todos têm nomes estabelecidos. Como exemplos, o autor cita: carta pessoal, bilhete, telefonema, aulas virtuais, bulas de remédio, horóscopo, dentre outros. Também podem apresentar configuração híbrida, que, neste caso, é definida por Marcuschi (2005: 31, mimeo: 8) como “intergenericidade”, isto é, “a mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero” ou “o aspecto da hibridização em que um gênero assume a função de outro”, o que resulta na subversão do modelo global genérico. Por exemplo, uma bula que assume função de anúncio publicitário. Preserva sua forma, mas se presta ao propósito precípua de promover bens/serviços. Os gêneros textuais, tal como entendidos por Marcuschi (2005: 31), correspondem à categoria dos “gêneros situados”, comentados abaixo com base em Fairclough (2003).

Um pouco menos abstratos que os pré-gêneros são os *gêneros desencaixados*, que não correspondem a construtos teóricos mas, sim, a realizações lingüísticas concretas que transcendem redes particulares de práticas. Exemplos podem ser apontados na entrevista e no depoimento, que figuram em diversas práticas, como jornalística, médica, acadêmica, publicitária. Por fim, os *gêneros situados* correspondem aos *gêneros secundários/complexos*, de Bakhtin (1997), e aos *gêneros textuais*, de Marcuschi (2005). Surgem em “circunstâncias de comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita”, e por “processos de formação em que absorvem e transmutam os gêneros simples” (Bakhtin, 1997: 281). A exemplo do gênero situado “anúncio publicitário”, são característicos de uma (rede de) prática particular, como a da publicidade. Nessa perspectiva, considera-se que um texto pode materializar, por exemplo, o gênero situado “anúncio publicitário”, menos abstrato. Este, por sua vez, pode ser composto por gêneros desencaixados, pouco mais abstratos, como o depoimento e, necessariamente, por pré-gêneros, mais abstratos, como descrição e narração.

Mencionamos que, além dos distintos níveis de abstração, Fairclough (2003: 70) destaca a hierarquização de gêneros em textos. Segundo o autor, textos podem apresentar hibridismos de gêneros hierarquicamente relacionados. Neste caso, haverá um “gênero principal” e outros “subgêneros”. Os anúncios publicitários intercalados nos programas televisivos de auditório podem servir como exemplo. O gênero principal é “programa de auditório” e os “anúncios publicitários”, realizados pelo/a próprio/a apresentador/a ou por garotos/as-propaganda, constituem um dos subgêneros. Esse é um aspecto da *interdiscursividade*, isto é, da hibridização de gêneros, discursos e estilos, que pode, como alertam Chouliaraki & Fairclough (1999: 62), constituir “uma estratégia de luta hegemônica”. Hibridismos de gêneros podem servir, nessa perspectiva, para fins ideológicos. Podem implicar não apenas questões lingüísticas, mas também questões relacionadas a poder e ideologia. Como exemplo, podemos apontar os anúncios publicitários que se “mascaram” de notícia para alcançar o/a consumidor/a potencial como se fossem pura informação (Silva & Ramalho, no prelo).

Frente a tal suporte teórico, nota-se que, quando não ignoradas, a heterogeneidade, mutabilidade e plasticidade não constituem problema. Problema sério é, como advertiu Bakhtin (1997: 282), tentar homogeneizar os gêneros ou, ainda, estudar somente os primários, “o que leva irremediavelmente à trivialização”. Os conceitos da ADC esboçados acima permitem a compreensão tanto “da inter-relação entre gêneros primários e secundários, quanto do processo de formação dos gêneros secundários, assim como da correlação entre língua, ideologias e visões de mundo”, como quer Bakhtin (1997). Ainda sobre o último aspecto, qual seja, “a correlação entre língua, ideologias e visões de mundo”, a proposta metodológica da ADC para investigação de gêneros a partir de relações dialéticas entre gêneros, discursos e estilos de diferentes (redes de) ordens de discurso permite explorar, com efeito, questões de poder e ideologia.

4. Aspectos metodológicos da ADC para estudos de gêneros

Inicialmente, é preciso destacar que, como a ADC não é uma abordagem específica para gêneros e, da mesma forma, entende que as maneiras como utilizamos o discurso na vida social são dialéticas, a preocupação com gêneros constitui apenas uma parte de seu programa. Cumpre ressaltar, ainda, que mesmo a análise textual é também apenas uma parte da proposta teórico-metodológica da ADC.

Com base no Realismo Crítico de Bhaskar (1989), Chouliaraki & Fairclough (1999: 60) e Fairclough (2003: 209) propõem um arcabouço teórico-metodológico para explanação crítica de problemas sociodiscursivos, por meio da investigação de mecanismos discursivos e seus potenciais efeitos ideológicos em práticas sociais (Ramalho, 2007a). Esse arcabouço, que conjuga aná-

lises textual e socialmente orientadas, compõe-se de cinco etapas principais. Na análise discursiva, uma das etapas, textos figuram como principal material empírico para a investigação de conexões entre mecanismos discursivos e práticas sociais problemáticas em foco.

A análise detalhada e intensiva de textos como elementos de processos sociais é, nos termos de Chouliaraki & Fairclough (1999: 67), um processo complexo que engloba duas partes: a *compreensão* e a *explicação*. Um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras, uma vez que diferentes combinações das propriedades do texto e do posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do leitor resultam em diferentes compreensões. Parte da análise de textos é, portanto, análise de compreensões, que envolvem descrições e interpretações. A outra parte da análise é a *explicação*, que reside na interface entre *conceitos* e *material empírico*. Esta constitui um processo no qual propriedades de textos particulares são “redescritas” com base em um arcabouço teórico particular, com a finalidade de “mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação”.

Para a ADC, textos são parte de eventos específicos, que envolvem pessoas, (inter-)ação, relações sociais, mundo material, além de discurso. Por isso, devem ser analisados na interface entre ação, representação e identificação, os três principais aspectos do significado. Para Fairclough (2003: 28), analisar textos em termos dos significados do discurso implica uma perspectiva social detalhada. Permite não só abordar os textos “em termos dos três principais aspectos do significado, e das maneiras como são realizados em traços dos textos”, mas também fazer “a conexão entre o evento social concreto e práticas sociais mais abstratas”, pela investigação dos gêneros, discursos e estilos utilizados, e das maneiras como são articulados em textos.

Ainda que a relação entre os significados do discurso seja dialética, conforme discutimos, traços semânticos, gramaticais e lexicais dos textos podem ser associados, em princípio, a significados particulares. Essa especificidade explica-se pelo fato de *gêneros* se realizarem nos textos em formas e significados acionais; assim como *discursos*, em formas e significados representacionais, e *estilos*, em formas e significado identificacionais. Isso implica que traços específicos (vocabulário, relações semânticas, gramaticais) são, em princípio, moldados por significados particulares. Para investigar especificamente aspectos acionais em textos, que interessam a esta discussão, Fairclough (2003) apresenta uma proposta de macroanálise de gêneros e de microanálise de significados e formas acionais em textos.

4.1. PROPOSTA DA ADC PARA MACROANÁLISE DE GÊNEROS

Como modos relativamente estáveis de agir e relacionar-se em práticas sociais, gêneros envolvem diretamente *atividade*, *pessoas* e *linguagem*. Por esse

motivo, para a investigação de gêneros em textos particulares, Fairclough (2003: 70) propõe que se explorem, em macroanálise social e textual, a *atividade*, as *relações sociais* e as *tecnologias de comunicação* ligadas aos gêneros em estudo. Isto é, a atividade à qual o gênero pesquisado se presta, ou “o que as pessoas estão fazendo”; as relações sociais que ele envolve, ou “as relações entre as pessoas”, assim como a tecnologia de comunicação de que a atividade pode depender. As três dimensões da (inter-)ação discursiva –atividade, relações sociais e tecnologia da comunicação– convergem com os critérios de escolha de gêneros, apontados por Bakhtin (1997: 301), quais sejam, “a especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, as necessidades de uma temática e o conjunto constituído dos parceiros”.

Gêneros implicam *atividades* específicas, ligadas a práticas particulares e com propósitos específicos, ou “escopos intencionais”, nos termos de Bakhtin (1997: 291). Então, na primeira aproximação de um gênero situado, caberia, segundo Fairclough (2003: 70), questionar “o que as pessoas estão fazendo discursivamente”, e com quais propósitos. O autor pondera, entretanto, que a análise de “propósitos da atividade” deve ser comedida. Isso evitaria outro tipo de “trivialização” dos gêneros, dado que os propósitos também podem estar combinados hierarquicamente, mesclados, implícitos, de maneira que a fronteira entre eles pode não ser tão clara. A mesma ressalva vale para a investigação da macroestrutura ou estrutura genérica, isto é, a materialização em textos dos propósitos das atividades discursivas. Tal materialização pode ser mais homogênea em determinados gêneros, com elementos ou estágios textuais bastante fixos, previsíveis, ordenados, do que em outros mais plásticos.

Sobre a segunda dimensão da (inter-)ação discursiva, as *relações sociais* entre as pessoas envolvidas nas atividades discursivas, Fairclough (2003: 75) chama a atenção para o fato de que na modernidade tardia há diferentes tipos de relação além daquelas entre indivíduos face-a-face. Há relações (e poder) a distância entre organizações, instituições (governamentais, empresariais) e indivíduos, entre grupos (como movimentos sociais) e indivíduos, entre organizações e grupos, e assim por diante. Tal ponto nos remete à questão discutida do *poder a distância*, possibilitado pelos “gêneros de governância”, por meio dos quais organizações/instituições se comunicam com indivíduos e exercem poder sobre eles. O autor avalia a respeito que o novo capitalismo caracteriza-se por um poder crescente das organizações sobre indivíduos, na medida em que estas operam em escalas cada vez mais globais. Frequentemente, como Fairclough (2003) ainda enfatiza, a alta hierarquia e distância social, características deste tipo de gênero, são dissimuladas por tecnologias discursivas como forma de eliminar assimetrias explícitas ou mesmo de dissimular relações de dominação, conforme discutimos inicialmente em Ramalho (2007b).

A análise da terceira dimensão, as *tecnologias de comunicação* de que a atividade pode depender, deve considerar, segundo Fairclough (2003: 77),

duas distinções entre os tipos de comunicação. Primeiro, a comunicação em duas vias *versus* comunicação em uma via. Segundo, a comunicação mediada *versus* comunicação não-mediada. Uma conversa face-a-face, para usar exemplos do autor, é comunicação não-mediada em duas vias. Um telefonema, por sua vez, é comunicação mediada em duas vias. Uma leitura é comunicação não-mediada em uma via. A comunicação mediada em uma via é possibilitada pelos meios de comunicação como rádio, televisão, imprensa.

As tecnologias de comunicação, como ainda observa o autor, ampliaram a complexidade da articulação das práticas sociais contemporâneas. Na modernidade tardia, grande parte da ação e interação é mediada. As relações sociais envolvem participantes distantes no tempo e espaço e dependem de tecnologia de comunicação. Essa mediação criou um tipo de situação interativa que Thompson (2002b: 79) denominou, em razão de seu baixo grau de reciprocidade interpessoal, “quase-interação mediada”. A “quase-interação mediada” converge com a “comunicação mediada em uma via”, pois em ambas as relações sociais são estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, revistas).

Este tipo de comunicação possibilita extensa disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo, uma vez que são produzidos para um número indefinido de receptores potenciais. Além disso, constitui uma forma de interação monológica, isto é, o fluxo da comunicação é predominantemente de sentido único, em uma via. Desnecessário tecer maiores comentários sobre o fato de que a extensa disponibilidade de informação e o fluxo da comunicação predominantemente em sentido único acarretam aumento significativo da capacidade de transmitir mensagens potencialmente ideológicas em escala global.

Essas são, em linhas gerais, as dimensões da (inter-)ação discursiva (atividade, relações sociais e tecnologias de comunicação) contempladas na proposta macroanalítica da ADC para estudos sobre gêneros particulares. Em seguida, comentamos aspectos da proposta de microanálise de gêneros em textos.

4.2. PROPOSTA DA ADC PARA MICROANÁLISE DE SIGNIFICADOS ACIONAIS EM TEXTOS

A partir da compreensão de que gêneros, discursos e estilos são, respectivamente, maneiras relativamente estáveis de (inter-)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, as categorias analíticas oferecidas pela ADC, com base na LSF, correlacionam-se, em princípio, a aspectos particulares do significado. Para o estudo específico de significados e formas acionais em textos, por exemplo, Fairclough (2003) sugere categorias como “intertextualidade” e “tipos de troca”, que constituem traços de textos ou aspectos da organização textual que são, de maneira geral, moldados por gêneros. Há outras categorias para análise de gêneros. Aqui, nos limitaremos a comentar as duas supracitadas.

A primeira categoria, a *intertextualidade*, conceito proveniente dos estudos de Bakhtin (1997), diz respeito à “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos” (Fairclough, 2001: 114). Em textos específicos, a ausência, a presença, assim como o tipo de articulação desses outros textos, que constituem “vozes particulares”, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas. De acordo com Fairclough (2001: 29), a presença de uma voz específica, articulada de maneira também específica, em vez de outras, sinaliza o posicionamento do texto em lutas hegemônicas.

Constituí, em princípio, uma categoria analítica acional, pois gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas. Reportagens, por exemplo, tendem a trazer depoimentos, inserção de falas de especialistas, e assim por diante. A articulação dessas vozes, que podem ser, por exemplo, explicitamente delimitadas na representação por discurso direto; mescladas, por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; ou ainda ecoadas ironicamente, tende a ser disciplinadora ou transformadora em relação a lutas de poder. A análise do aspecto intertextual de textos, segundo Fairclough (2003: 41), deve ser orientada pela observação da *abertura* ou do *fechamento* da diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas. A representação em discurso direto, por exemplo, tende à abertura da diferença entre a voz do locutor e voz representada, ao passo que a pressuposição costuma anular diferenças entre a voz do locutor e a voz recontextualizada, como se as duas fossem uma só.

A presença, ou ausência, de vozes em textos bem como a maneira como são articuladas são traços textuais que variam conforme os gêneros e que apontam para sua importância na legitimação, naturalização ou mesmo na superação de relações assimétricas de poder.

A segunda categoria a se comentar são os *tipos de troca*, associados a *funções da fala* e a *modos gramaticais*, sugeridos em Fairclough (2003). A exemplo da intertextualidade, esses também são traços textuais moldados por gêneros. É preciso mencionar que, para a LSF, escolhas relacionadas à sentença como *troca ou ato de fala* são realizadas no sistema lexicogramatical de “modo/modalidade”, associado à macrofunção interpessoal da linguagem (Halliday & Matthiessen, 2004). Como na ADC a multifuncionalidade da linguagem é repensada em termos dos principais significados do discurso, conforme discutimos, o aspecto da macrofunção interpessoal referente às relações sociais estabelecidas pela linguagem é incorporado no significado acional. Por esse motivo, os *tipos de troca*, juntamente com as *funções da fala* e com os *modos gramaticais*, são categorias acionais, em princípio.

Diferentes gêneros estabelecem diferentes relações sociais entre os interagentes, e isso se deve, em parte, ao tipo de troca envolvido na interação. Segundo Fairclough (2003), apoiado na LSF, a interação se estabelece por meio de trocas de dois tipos principais: troca de conhecimento e troca de

atividade. A primeira, que corresponde à troca de informação de Halliday (1985), é frequentemente orientada para uma ação textual, para declarar algo, responder a perguntas. A segunda, por sua vez, que corresponde à troca de bens e serviços na LSF, é orientada para ações não-textuais, ou seja, para fazer algo, solicitar que algo seja feito. Os tipos de troca determinam distintas funções discursivas primárias, que se relacionam a diferentes modos oracionais.

Quatro funções discursivas primárias e gerais, quais sejam, afirmação, pergunta, oferta e ordem, associam-se, respectivamente, aos papéis principais da troca: dar informação, demandar informação, dar bens e serviços, e demandar bens e serviços. Essas funções discursivas relacionam-se, de maneiras complexas e apenas tendenciais, a modos oracionais e tipos de sentença específicos. Trocas de conhecimento/informação têm “afirmações” e “perguntas” como funções discursivas primárias. Afirmações são realizadas tipicamente em sentenças declarativas. Perguntas, por sua vez, são tipicamente realizadas em sentenças interrogativas, mas também podem se manifestar, de modo não-típico, no modo declarativo modulado. Por outro lado, trocas de atividade têm “ofertas” e “demandas” como funções discursivas primárias. Ofertas são realizadas tipicamente no modo interrogativo modulado, mas podem igualmente ser realizadas em sentenças imperativas declarativas. Ordens são feitas, de maneira típica explícita, no modo imperativo, mas demandas de bens e serviços também podem ser feitas em sentenças interrogativas moduladas e declarativas, e assim por diante.

Exemplo de potencial investimento ideológico nesses traços moldados por gêneros pode ser apontado em textos publicitários que “simulam” troca de conhecimento, como se fossem orientados para informar, mas que, de fato, têm o propósito estratégico de desencadear ações.

A macro e microanálise discursiva de aspectos implicados em maneiras de (inter-)agir em práticas por meio da linguagem permite uma aproximação dos gêneros como ações sociais, muitas vezes potencialmente capazes de contribuir para a distribuição assimétrica de poder. Como elemento de ordens de discurso, ao lado de discursos e estilos, gêneros são vistos, aqui, como entidades tanto sociais quanto discursivas. A idéia é de que (inter-)ação, pessoas, relações sociais, mundo material e discurso estão em constantes relações dialéticas de transformação, de modo que o discurso é tanto constituinte da vida social quanto constituído por ela.

Em comparação com a abordagem de gêneros da Escola de Sidney, brevemente apresentada na seção 3, a proposta da ADC supera a primazia do semiótico sobre os outros momentos do social, porque está orientada para as práticas sociais, concebidas como articulações de momentos discursivos e não-discursivos. Tal postura evita, também, o foco no sistema semiótico em detrimento de textos, o que frequentemente resulta em visões idealizadas de gêneros como se fossem entidades fixas, previsíveis e homogêneas (Ramalho, 2006). De igual modo, a ADC contribui para o entendimento de que a potencialidade

de indefinida da linguagem para criar significados é assegurada não apenas pelas opções do sistema semiótico, mas também pelas opções de gêneros, discursos e estilos disponíveis no sistema das ordens de discurso.

Por outro lado, em comparação com a abordagem da Nova Retórica, também brevemente comentada na seção 3, a ADC avança na compreensão de que “ações retóricas tipificadas” podem ter relevante papel na instauração e sustentação de ideologias. O sentido de continuidade, rotinização, reconhecimento que os gêneros oferecem a atores sociais pode servir, também, em determinadas circunstâncias, como mecanismo semiótico de dominação. Isso pode ser parcialmente explicado pela saliência, apontada por Fairclough (1989: 36), de alguns discursos-chave nas sociedades modernas tardias, tais como o da publicidade, entrevista, aconselhamento/terapia, que colonizam muitos campos sociais e obscurecem fronteiras entre o que é informação, o que é entretenimento, o que é publicidade. Tal “ambivalência contemporânea”, sobretudo sua faceta resultante da colonização do mundo da vida pela economia, demanda um olhar crítico sobre maneiras recorrentes de (inter-)agir discursivamente.

Da mesma forma, a ADC permite relacionar a concepção de gêneros como “respostas a exigências socioculturais” com a idéia de mudança discursiva vista como parte de lutas hegemônicas. Mudanças discursivas, incluindo mudanças genéricas, podem estar relacionadas com questões de poder e, à medida que se tornam naturalizadas, de Fairclough (2001: 128), perdem o “efeito de colcha de retalhos e passam a ser consideradas inteiras”, o que “é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso”. Como Fairclough (2003: 66) destaca, a mudança em gêneros é parte importante das transformações no novo capitalismo, pois mudanças na articulação de práticas sociais, a exemplo do rompimento de fronteiras entre informação e promoção, são mudanças em formas de ação e interação, e, portanto, em gêneros.

5. *Considerações finais*

Neste artigo, buscamos apontar possíveis contribuições da Análise de Discurso Crítica, desenvolvida por Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), para o entendimento da relação entre gêneros discursivos e poder. Partimos dos ensinamentos fundadores de Bakhtin. Contemplamos na discussão alguns aspectos acerca das escolas contemporâneas de gêneros, sobretudo a tradicional Escola de Sidney e a Nova retórica, e, em seguida, apresentamos a perspectiva teórica e metodológica da ADC para estudos das maneiras relativamente estáveis de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais. Concluímos que, em comparação com as escolas contemporâneas de gêneros, a ADC oferece suporte para conciliar a visão daquelas escolas com uma compreensão mais crítica do papel dos gêneros na

instauração e manutenção de relações desiguais de poder na sociedade moderna tardia. Ressaltamos, por fim, que em nossa discussão buscamos não perder de vista a tendência, apontada por Marcuschi (2006: 24), de estudos que enfocam “os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. ([1953] 1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAZERMAN, C. (1999). ‘Singular utterances: realizing local activities through typified forms in typified circumstances’, in: A. Trosberg (ed.) *Analysing the discourses of professional genres*, pp. 25-40. Amsterdam: Benjamins. Disponível em: <<http://education.ucsb.edu/%7Ebazerman/chapters/47.singularutterances.doc>>. Acesso em 08 out. 2007.
- BAZERMAN, C. (2000). ‘Letters and the social grounding of differentiated genres’, in: D. Barton & N. Hall (ed.) *Letter writing as a social practice*, pp. 15-30. Amsterdam: John Benjamins. Disponível em: <<http://education.ucsb.edu/%7Ebazerman/chapters/45.letters.doc>>. Acesso em 08 out. 2007.
- BAZERMAN, C. (2005). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez.
- BAZERMAN, C. (2006). *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez.
- BAZERMAN, C. (2007). *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez.
- BERKENKOTTER, C. (2007). Multimodal genres and cognitive change. Trabalho apresentado em mesa-redonda no IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET. Tubarão/SC, 15-18 agosto.
- BHASKAR, R. (1989). *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead : Harvester Wheatsheaf.
- BHATIA, V. K. (1993). *Analysing genre: language use in professional settings*. London: Longman.
- BHATIA, V. K. (2004). *Worlds of written discourse: a genre-based view*. London: Continuum International.
- BRONCKART, J.P. (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University.
- EGGINS, S. (2004). *An introduction to Systemic Functional Linguistics*. New York; London: Continuum.
- EGGINS, S. & MARTIN, J. R. (1997). ‘Gêneros y registros del discurso’, in: T. A. van Dijk (comp.) *El discurso como estructura y proceso*, pp. 335-370. Barcelona: Gedisa.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and power*. London: Longman.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge.

- FOUCAULT, M. (1994). 'What is enlightenment?' in: P. Rabinow, (ed.). *Michel Foucault: essential works*, v. 1, *Ethics*, pp. 303-319. Harmondsworth: Penguin.
- HALLIDAY, M. A. K. (1985). *Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. (1989). *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: OUP.
- HALLIDAY, M. A. K. & MATTHIENSEN, C. M. I. M. (2004). *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold.
- MARCUSCHI, L. A. (2005). 'Gêneros textuais: definição e funcionalidade', in: A. P. Dionísio, A. R. Machado & M. A. Bezerra (org.) *Gêneros textuais e ensino*, pp. 19-36. Rio de Janeiro: Lucerna.
- MARCUSCHI, L. A. (2006). 'Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação', in: A. M. Karwoski, B. Gaydeczka & K. S. Brito (org.) *Gêneros textuais: reflexões e ensino*, pp. 23-36. Rio de Janeiro: Lucerna.
- MARCUSCHI, L. A. (mimeo). *Gêneros textuais e produção lingüística*. Material para uso exclusivo de alunos. Curso de Especialização em Letras. UFPE.
- MARTIN, J. R. (1992). *English text: system and structure*. Philadelphia; Amsterdam: John Benjamins.
- MARTIN, J. R. (1997). 'Analyzing genre: functional parameters', in: F. Christie & J. R. Martin (ed.) *Genre and institutions: social process in the workplace and school*, pp. 3-39. New York; London: Continuum.
- MEURER, J. L. (2005). 'Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough', in: J. L. Meurer, A. Bonini & D. Motta-Roth (org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*, pp. 81-106. São Paulo: Parábola.
- MILLER, C. (1984). 'Genre as social action', *Quarterly Journal of Speech*, 70: 151-167.
- MILLER, C. (1994). 'Rhetorical community: the cultural basis of genre', in: A. Freedman & P. Medway (org.) *Genre and the New Rhetoric*, pp. 67-78. London: Taylor & Francis.
- MILLER, C. (2007). *Blogging as social action: genres and genre theory on the internet*. Trabalho apresentado em mesa-redonda no IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET. Tubarão/SC, 15-18 agosto.
- RAMALHO, V. (2006). 'Dizer sem ter dito: sentidos implícitos em publicidades de medicamento', *REVISA – Revista brasileira de vigilância sanitária*, 2 (1): 31-40.
- RAMALHO, V. (2007a). 'Diálogos teórico-metodológicos: Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico', *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 8: 78-104.
- RAMALHO, V. (2007b). 'Impactos da atividade reguladora sobre o gênero 'peça publicitária de medicamento': uma abordagem sociodiscursiva', in: IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais - IV SIGET, 2007, Tubarão/ SC. *CD ROM – Anais do IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, v. IV, p. 2002-2015.
- RESENDE, V. DE M. & RAMALHO, V. (2005). 'Análise de Discurso Crítica: uma reflexão acerca dos desdobramentos recentes da teoria social do discurso', *ALÉD/Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 5 (1): 27-50.

- RESENDE, V. DE M. & Ramalho, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. (2004). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras.
- SCHUTZ, A. (1967). *The problem of social reality*. The Netherlands: Martinus Nijhoff.
- SILVA, D. E. G. DA & RAMALHO, V. (no prelo). 'Análise de Discurso Crítica: representações sociais na mídia', in: *Análise de discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SILVA, D. E. G. da. (2002). 'Percursos teóricos e metodológicos em análise do discurso: uma pequena introdução', in: D. E. G. da Silva & J. A. Vieira (org.) *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*, pp. 7-19. Brasília: Plano; Oficina Editorial do Instituto de Letras.
- SILVA, D. E. G. da. (2003). 'A ética na pesquisa: reflexões sobre metodologia na coleta de dados', in: J. A. Vieira & D. E. G. da Silva (org.) *Práticas de Análise do Discurso*, pp. 161-171. Brasília: Plano; Oficina Editorial do Instituto de Letras.
- SILVA, D. E. G. da. (2007). 'Critical Discourse Analysis and the functional bases of language', in: L. Barbara & T. B. Sardinha (ed.) *Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress*, pp. 932-949. São Paulo: PUCSP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/45cda_silva_932a949.pdf>. Acesso em 20 dez. 2007.
- SWALES, J. M. (1990). *Genre analysis: english in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University.
- THOMPSON, J. B. (2002a). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa..* Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2002b). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA é mestra em Lingüística pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Lingüística Hispânica pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). É Professora Associada da UnB, junto ao Depto. de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras. Na Graduação, orienta e desenvolve pesquisas voltadas para Filologia Românica e, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística, atua como orientadora de mestrado e de doutorado na linha de pesquisa *Discurso, representações sociais e textos*, além de ministrar a disciplina *Análise de Discurso, Gramática e Contexto Social*. Paralelo às suas atividades como docente, é fundadora e atual conselheira do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO); é Delegada Regional do Brasil, junto à Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED); e líder do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (CNPq). Organizou três con-

gressos do GELCO e cinco do ENIL, bem como as publicações correspondentes aos eventos. Tem vários artigos publicados em periódicos no exterior e, no Brasil, destacam-se os livros: *A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito (2001)*; *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras (2005)* e *Língua, gramática e discurso (2006)*.

Correo electrónico: denizelena@gmail.com

VIVIANE RAMALHO é mestra e doutoranda em Lingüística pela Universidade de Brasília (UnB). Está em fase final de elaboração da tese *Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas*, sob orientação da Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva. É docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO) e da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED). Dentre suas publicações recentes, estão o livro *Análise de Discurso Crítica* (Contexto, 2006), escrito em parceria com Viviane Resende; o capítulo *Representação de atores sociais na cobertura brasileira da invasão ao Iraque*, do livro “Língua, gramática e discurso” (Cânone, 2006), e *La invasión anglosajona a Irak en el discurso de los medios impresos brasileiros*, em “Critical Discourse Analysis of media texts” (Universitat de València, 2007), além do artigo *Diálogos teórico-metodológicos: Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*, publicado nos Cadernos de Linguagem e Sociedade (2007), e *Dizer sem ter dito: sentidos implícitos em publicidades de medicamento*, publicado na Revista Brasileira de Vigilância Sanitária (2006).

Correo electrónico: vivianer@ucb.br